

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS

## CONCURSO PÚBLICO

Aplicação: 7/12/2008

# JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

## Prova Discursiva Parte II

# TARDE

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, verifique se ele contém dez questões discursivas, correspondentes à prova discursiva — parte II, acompanhadas de páginas para rascunho.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 As páginas para rascunho são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 Não será permitida a utilização de códigos comentados, anotados ou comparados, anotações pessoais, manuscritas ou impressas, revistas, livros de doutrina, livros de modelos de petições, dicionários ou qualquer outro material de consulta, **abrindo-se exceção** à consulta a legislação não comentada, não anotada e não comparada, súmulas, jurisprudências, impressos da Internet (somente atualizações dos códigos e Leis), códigos, leis de introdução dos códigos, exposição de motivos, instruções normativas, regimento interno, simples remissão a artigos, simples utilização de marca-texto ou traço ou índice e(ou) índice remissivo.
- 7 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 8 A duração da prova é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos definitivos para o caderno de textos definitivos.
- 9 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início da prova e poderá levar este caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 10 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o caderno de textos definitivos e deixe o local de prova.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

#### AGENDA (datas prováveis)

- I 30/12/2008 – Resultado provisório da prova discursiva – partes I e II: Diário de Justiça do Estado de Alagoas e Internet.
- II 31/12/2008 e 2/1/2009 – Recursos (prova discursiva — partes I e II): em locais que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- III 29/1/2009 – Resultado final da prova discursiva — partes I e II — e convocação para a prova prática: Diário de Justiça do Estado do Alagoas e Internet.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 19 do Edital n.º 1 – TJAL, de 27/8/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/tjal2008](http://www.cespe.unb.br/concursos/tjal2008).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

## PROVA DISCURSIVA – PARTE II

- Nesta parte da prova — que vale **cinco** pontos, sendo **meio** ponto para cada questão —, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA – PARTE II**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Em cada questão, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na página de texto definitivo correspondente.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso os textos exijam identificação, utilize apenas o nome **Juiz de Direito**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente a identificação do candidato em local indevido.

### QUESTÃO 1

De posse do inquérito X, já devidamente relatado, o membro do Ministério Público do estado do Ceará, em vez de oferecer a denúncia, requereu ao juiz de direito da Comarca de Fortaleza a remessa dos autos do inquérito ao estado de Alagoas, porque entendeu ser da competência do Ministério Público daquele estado oferecer a respectiva denúncia.

O citado juiz, sem qualquer manifestação formal, remeteu, de imediato, os autos do inquérito para o juízo competente do estado de Alagoas, o qual, incontinenter e sem qualquer decisão, encaminhou-os ao Ministério Público do estado de Alagoas.

Ao analisar o inquérito, em vez de oferecer a denúncia, o promotor de justiça da comarca de Maceió fez extenso parecer acerca da competência do Ministério Público do estado do Ceará. Solicitou, portanto, ao juiz de direito da comarca de Maceió o retorno dos autos do inquérito para a justiça comum do estado do Ceará.

---

Com referência à situação hipotética apresentada acima, responda, de forma fundamentada em conflito de competência e de atribuições, ao seguinte questionamento: o que deve fazer o juiz?

# RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

### Texto para as questões 2 e 3

Maria é portadora de doença grave, cujo tratamento somente poderá ser feito em hospital estrangeiro, com o elevado custo de R\$ 25.000,00. Requereu, judicialmente, a tutela antecipada consistente na imediata condenação do estado de Alagoas para custear esse serviço, passagens e hospedagem para si e para um acompanhante, tendo em vista o risco de morte, comprovado por prova documental. Requereu, ainda, caso seja concedida a tutela antecipada e não ocorra o pagamento imediato, que seja seqüestrada, da conta do tesouro estadual, a quantia acima indicada.

O pedido de liminar foi analisado após a citação. Citado, o estado de Alagoas argüiu a sua ilegitimidade passiva, já que o serviço de saúde deve ser executado pelo município, e não pelo estado; e a falta de interesse de agir, porquanto as normas do Sistema Único de Saúde (SUS) não garantem esse tratamento. No mérito, o estado alegou a reserva do possível, pois não estaria obrigado a custear todos os serviços públicos de saúde, mas tão-somente aqueles que ele entende como adequados; a violação ao art. 100, da Constituição Federal, já que o pedido é de condenação de pagamento, em dinheiro, do referido tratamento, de passagens e hospedagem, o que somente pode ser feito por meio de precatório; e, ainda, a violação à regra de licitação, pois o poder público não poderia contratar o referido hospital sem realizar a devida licitação. Em relação ao pedido de tutela antecipada, o estado argüiu a impossibilidade de concessão de medidas liminares contra o poder público, o risco de irreversibilidade da medida, e a ausência de verossimilhança da alegação.

#### QUESTÃO 2

Considerando a situação hipotética apresentada acima e, na qualidade de juiz do caso, responda ao seguinte questionamento.

Qual seria a sua decisão no que se refere às preliminares e ao pedido de tutela antecipada, à luz dos precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça a esse respeito? Apresente, em seu texto, uma resposta objetiva e fundamentada para cada ponto.

## RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 3**

Ainda como juiz do caso apresentado, qual seria a sua decisão à luz dos precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça em relação ao mérito e ao pedido de seqüestro?

**RASCUNHO – QUESTÃO 3**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 4**

Qual a situação jurídica atual do agente que possui, em sua residência, arma de fogo em desacordo com determinação legal e regulamentar, sem possuir o devido registro? Fundamente a sua resposta.

**RASCUNHO – QUESTÃO 4**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 5**

Qual a distinção entre estado de necessidade exculpante e justificante? Responda fundamentadamente, exemplificando.

**RASCUNHO – QUESTÃO 5**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 6**

José emprestou sua casa a seus amigos Márcia e Pedro durante o período em que se encontrava ausente do país. Ao retornar, verificou que a casa estava danificada e, encerrada a tentativa amigável de composição, propôs ação sob rito ordinário contra Márcia, na qual pretendia a reparação dos danos verificados no imóvel. Na sua contestação, Márcia apontou que, apesar de o empréstimo ter sido feito também a ela, foi Pedro quem mais utilizou o imóvel, razão pela qual requereu o seu chamamento ao processo. Antes de o juiz apreciar o pedido de Márcia, José atravessou petição na qual alegou que Pedro não é fiador de Márcia ou sequer responde solidariamente pelos danos, pois nada do que foi firmado anteriormente pelas partes do negócio estabeleceu garantia ou solidariedade. Aduziu, ainda, que ajuizar a ação somente contra Márcia é direito seu, não sendo dado à ré ampliar a polaridade passiva em prejuízo da opção do autor.

Considerando essa situação hipotética e assumindo a posição de juiz do caso, aponte qual a solução jurídica adequada ao pedido de chamamento ao processo, abordando os aspectos tanto de direito civil quanto de direito processual civil.

**RASCUNHO – QUESTÃO 6**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 7**

Francisco ajuizou ação sob o rito ordinário contra a empresa de seguros Z, pretendendo a sua condenação ao pagamento da indenização prevista no contrato de seguro, cuja apólice lhe foi endossada no momento em que adquiriu o bem garantido. Citada, a empresa apresentou contestação na qual, além de outros, admitiu a ocorrência do sinistro previsto na apólice, mas negou a existência da obrigação de pagar a indenização por ser vedada a transferência do contrato diante inexistência de cláusula expressa que permitisse tal operação. Conferida oportunidade de réplica, o autor não só refutou as alegações da defesa, como também requereu antecipação dos efeitos da tutela sob o argumento de que a apólice devidamente endossada e a ocorrência do sinistro confessada pela ré são provas inequívocas da verossimilhança de suas alegações, enquanto o argumento da ausência de autorização expressa para a transferência trazido pela contestação configuraria abuso do direito de defesa por ir de frontal encontro a texto expresso da lei civil. Ofereceu, ainda, caução para o caso de deferimento do pedido de antecipação. O juiz entendeu por bem ouvir a outra parte acerca desse último pedido, momento em que a empresa alegou que o pedido seria carente de fundamento, porque somente a anuência prévia do contratado é capaz de validar a cessão do contrato, e o deferimento da antecipação da tutela seria vedado, ante a irreversibilidade do provimento almejado.

Considerando essa situação hipotética e assumindo a posição de juiz do caso, aponte qual a medida jurídica adequada à solução do pedido de antecipação, abordando os aspectos tanto de direito civil quanto de direito processual civil.

**RASCUNHO – QUESTÃO 7**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 8**

Em ação sob o rito especial do inventário, Patrícia, viúva de Carlos, foi nomeada inventariante pelo juiz condutor do feito, após o que apresentou as primeiras declarações na forma da lei. Citado, um dos herdeiros apresentou impugnação à nomeação da viúva para o cargo de inventariante, argumentando que Patrícia casou-se sob o regime da separação de bens, empecilho insuperável à assunção da função, e que a eventual alteração de regime seria nula porque o casamento dela com Carlos se deu na vigência do Código Civil de 1916, diploma que determinava a imutabilidade de regime. Requereu, ainda, que a questão fosse remetida às vias ordinárias, por demandar dificuldade de interpretação. Conferida oportunidade de manifestação, a inventariante repeliu as alegações do impugnante, juntando aos autos cópia do processo em que o casal obteve autorização judicial para alteração de regime de bens da separação de bens para comunhão universal antes do falecimento de Carlos.

Considerando essa situação hipotética e assumindo a posição de juiz do caso, aponte qual a solução jurídica adequada à impugnação, abordando tanto o aspecto civil quanto o processual civil.

**RASCUNHO – QUESTÃO 8**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 9**

Redija um texto dissertativo que responda, com fundamento na doutrina majoritária, se o poder de polícia do Estado pode ser delegado a pessoa física ou jurídica de direito privado.

**RASCUNHO – QUESTÃO 9**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 10**

Discorra a respeito das cláusulas exorbitantes presentes nos contratos administrativos, abordando, necessariamente, sua definição e, pelo menos, três exemplos destas.

**RASCUNHO – QUESTÃO 10**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	